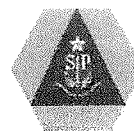




**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO GOVERNADOR - CASA MILITAR
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL**



RESOLUÇÃO CMIL Nº 004/610 - CEDEC, de 25 - 04 - 2016

Reedita o Plano de Contingência para o Período de Estiagem da Região Metropolitana de Campinas.

Considerando as atribuições legais consubstanciadas nos Decretos Estaduais nº 40.151, de 16-06-95 e nº 48.526, de 04-03-04, deste Secretário Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Defesa Civil;

Considerando que a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) desenvolve, de acordo com as peculiaridades de cada região, planos preventivos e de contingência visando à minimização de desastres;

Considerando a existência de riscos de estiagens na Região Metropolitana de Campinas, em razão da redução das precipitações pluviométricas, que podem ocasionar grandes transtornos à população, ao meio ambiente e ao patrimônio público e privado;

Considerando a necessidade da articulação do Sistema Estadual de Defesa Civil, para que, em conjunto com os municípios localizados nessas áreas de risco, possa enfrentar da melhor forma possível às situações adversas que poderão ocorrer nesse período,

RESOLVE:

Artigo 1º - Reeditar o Plano de Contingência para o Período de Estiagem da Região Metropolitana de Campinas, que passa a vigorar nos termos desta Resolução e seus Anexos.

Parágrafo único - O Plano de Contingência, a que se refere o “caput” deste artigo, abrange os municípios de Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Artigo 2º - O Plano de Contingência para o Período de Estiagem da Região Metropolitana de Campinas tem a seguinte composição:

I - Órgão Central: a Casa Militar do Gabinete do Governador do Estado, representada pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC);

II - Órgão Regional: a Coordenadoria Regional de Defesa Civil da Região Administrativa de Campinas (REDEC/I-5);

III - Órgãos Setoriais: o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e a Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP);

IV - Órgãos Municipais: as Prefeituras Municipais envolvidas no mencionado Plano de Contingência, representadas pelas respectivas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs).

Parágrafo único - O desencadeamento, a coordenação e a supervisão das ações do Plano de Contingência de que trata esta resolução são de responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), nos termos do Decreto Estadual nº 40.151, de 16-6-95.

Artigo 3º - Caberá à Coordenadoria Regional de Defesa Civil da Região Administrativa de Campinas (REDEC/I-5), apoiada pelas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) dos municípios envolvidos no mencionado Plano de Contingência, a centralização da coleta dos dados da Umidade Relativa do Ar (URA), que deverão ser repassados à Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP) e à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, conforme previsto no Plano de Contingência.

Artigo 4º - Os relatórios e as propostas elaboradas pelos órgãos que compõem o Plano de Contingência deverão ser encaminhados para apreciação da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, cabendo, exclusivamente, a este ou ao responsável pelo expediente da Coordenadoria Estadual a divulgação de informações relativas ao Plano.

Artigo 5º - O período de vigência desse plano será de 1º de maio de 2016 a 30 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado se as condições técnicas apontarem indícios de riscos à comunidade.

JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Coronel PM – Secretário Chefe da Casa Militar e
Coordenador Estadual de Defesa Civil

Confere:	Visto:
RUDYARD PANZARINI PAIVA Capitão PM – Diretor da Divisão de Planejamento, Legislação e Ensino	MARCOS DE PAULA BARRETO Major PM – Diretor do Departamento Estadual de Defesa Civil



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

DECRETO Nº 4908, de 19 de julho de 2018.

("Dispõe sobre Operação Estiagem para o ano de 2018 e dá outras providências").

THIAGO GIATTI ASSIS, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 45, Item VI, da Lei Orgânica do Municipal e, diante das considerações abaixo elencadas:

CONSIDERANDO que a Defesa Civil compreende o conjunto de medidas preventivas, socorro, assistência e recuperação, destinadas tanto a evitar as consequências danosas de eventos previsíveis, quanto a preservar a moral da população e restabelecer o bem-estar social, quando da ocorrência desses eventos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2013, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, prevendo expressamente ser da União, dos Estados e Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastres;

CONSIDERANDO o compromisso estabelecido pelo Município de Monte Mor com a Campanha Mundial para a Redução de Desastres, da Estratégia Internacional para a Redução de Riscos e Desastres, denominada Campanha Construindo Cidades Resilientes;

CONSIDERANDO ser imprescindível manter em condições excepcionais de acionamento o complexo administrativo para atendimentos de emergência da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Monte Mor, em face do período de maior seca do ano;

CONSIDERANDO a necessidade de minimizar os efeitos previsíveis que acometem o Município de Monte Mor, no período de estiagem, de otimizar os recursos existentes e de antecipar os riscos, articulando a participação das Secretarias Municipais envolvidas, órgãos de atendimento emergencial e a própria comunidade;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de definir procedimentos em casos de decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública em consonância com a Legislação Federal,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica criada a Operação Estiagem 2018, visando à condução de ações de caráter eminentemente preventivo pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e por sua unidade operacional – no período compreendido entre o dia 01 de junho a 30 de setembro, tendo em vista a incidência de baixa umidade do ar, de quedas bruscas de temperatura e de estiagem que ocorrem no período.

Parágrafo único: O período referido no "caput" poderá ser modificado caso as condições climáticas adversas assim exigirem.

Artigo 2º – Compete à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil:

- I. Elaboração e a coordenação do Plano de Contingência de Defesa Civil de Monte Mor;
- II. Analisar as previsões meteorológicas fornecidas pelo Centro de Gerenciamento de Emergência, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, em consonância com o Plano de Contingência de Defesa Civil da Região Administrativa do Campinas, avaliando a situação através dos índices de umidade relativa do ar – URA;



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE SÃO PAULO

Decreto 4908/2018-fls.02

III. Propor ao Chefe do Poder Executivo Municipal a decretação de estado de Atenção, de Alerta ou de Emergência, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil;

IV. A centralização das informações do Plano de Contingência de Defesa Civil, o acionamento e o controle de emergências, bem como a emissão de boletins de alerta.

Artigo 3º – O Plano de Contingência de Defesa Civil de Monte Mor, após avaliação da situação e análise das previsões meteorológicas e dos índices de umidade relativa do ar (URA), será executado mediante os seguintes níveis de atuação:

- I. Estado de Atenção: umidade relativa do ar entre 20% e 30%;
- II. Estado de Alerta: umidade relativa do ar entre 12% e 20%;
- III. Estado de Emergência: umidade relativa do ar inferior a 12%.

Artigo 4º – Os órgãos da administração direta e indireta deverão priorizar providências administrativas e operacionais para suporte ao disposto neste Decreto.

§ 1º – Os órgãos referidos no “caput” deverão observar o disposto neste Decreto, podendo ser acionados pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil para qualquer eventualidade referente à sua área específica de atuação.

§ 2º – A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil poderá, em caso de necessidade, visando adotar providências preventivas e repressivas, solicitar auxílio técnico e assessoramento a diversos órgãos, tais como:

- I. Coordenadoria Regional de Defesa Civil;
- II. Corpo de Bombeiros;
- III. Polícias Civil, Militar e Ambiental;
- IV. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA;
- V. Centro de Ensino de Pesquisas em Agricultura – CEPAGRI/UNICAMP;
- VI. Centro Integrado de Informações Agro Meteorológicas – CIIAGRO/IAC;
- VII. Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL;
- VIII. Companhia de Saneamento Ambiental – CETESB;
- IX. Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais – DEPRN.

Artigo 5º – Para a monetarização do Plano de Contingência, a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil realizará plantão permanente e ininterrupto, podendo haver a requisição temporária de servidores públicos municipais, para prestação de serviços eventuais as ações de Defesa Civil.

Parágrafo único. O servidor público municipal requisitado na forma do “caput” ficará à disposição da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, sem prejuízo do cargo ou função que ocupe, da remuneração e dos direitos respectivos à conta dos órgãos cedentes, não fazendo jus à retribuição ou gratificação especial.



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

Decreto 4908/2018-fls.03

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto serão suportadas através de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01 de junho de 2018.

Artigo 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 4532, de 04 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, 19 de julho de 2018.

THIAGO GIATTI ASSIS
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, enviado ao Serviço Registral e Notarial de Monte Mor e afixado em local de costume do Paço Municipal, na data supra.

LUCIA APARECIDA PEREIRA ALBRECHT
Secretária Municipal de Administração,
Trânsito e Mobilidade Urbana



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO


DECLARAÇÃO NEGATIVA

LUCIA APARECIDA PEREIRA ALBRECHT, Secretária Municipal de Administração, Trânsito e Mobilidade Urbana, atendendo requisição item 16.IEG-M – I CIDADE, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo,

Declaro para os devidos fins que o Município de Monte Mor ainda não editou o Plano de Mobilidade Urbana, o qual está sendo objeto de estudos junto à RMC, visando a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, juntamente com as demais cidades integrantes da Região Metropolitana de Campinas.

O referido é verdade e por merecer fé, assino,

Monte Mor, 02 de outubro de 2018.


LUCIA APARECIDA PEREIRA ALBRECHT
Secretária Municipal de Administração,
Trânsito e Mobilidade Urbana



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

Monte Mor 04 de outubro de 2018

OFICIO; 242/2018

A
JOSIANE G. ALMEIDA
DIRETORA DE FINANÇAS

DECLARAÇÃO

Sirvo me do presente para DECLARAR a vossa senhoria que a Secretaria Municipal de Segurança através da Guarda Civil Municipal é responsável em manter a segurança de todos os próprios público da municipalidade tendo como prioridade as escolas e os centros de saúde.

Declaro ainda que o município através da Secretaria Municipal Segurança possui estudo de avaliação de segurança atualizados de todas as escolas e centros de saúde sendo que essas informações são utilizadas para o planejamento e direcionamento das ações de segurança pública da Guarda Civil Municipal além de serem compartilhadas com a Polícia Civil e Militar.



ADELICIO PARANHOS DA SILVA
SECRETARIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA